TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

03/02/2026

SUMÁRIO

Dois meses após acidente doméstico, Helder Valin recebe alta hospitalar	3
TCE-GO conclui aferição do nível de transparência de emendas impositivas	5
Caiado reúne poderes para discutir teto de gastos antes de viagem | O Popular	7

Dois meses após acidente doméstico, Helder Valin recebe alta hospitalar

Visualização da notícia

RECUPERAÇÃO

Dois meses após acidente doméstico, Helder Valin recebe alta hospitalar

Redação

Dois meses após sofrer acidente doméstico e passar por internação em UTIs em Goiânia e São Paulo, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Helder Valin, recebeu alta hospitalar na sexta-feira (30). A alta de Valin foi festejada por familiares e pela equipe de médicos e enfermeiros. Ele deixou o hospital, em São Paulo, em uma cadeira de rodas.

Helder Valin foi internado dia 28 de novembro do ano passado no Hospital Albert Einstein, em Goiânia, após sofrer um acidente doméstico. O conselheiro e ex-deputado sofreu uma queda dentro de casa, bateu a cabeça e teve um edema que o levou a desmaiar. A nora dele, que é médica intensivista e estava presente no momento do acidente, prestou os primeiros socorros e acionou a ambulância, garantindo atendimento rápido. 30 dias depois, foi transferido para São Paulo.

Ex-deputado estadual e ex-presidente da Assembleia Legislativa, Valin foi nomeado para o TCE em 2014. Ele assumiu a presidência do tribunal em dezembro de 2024 para o biênio que se encerra em 2026.

Dois meses após sofrer acidente doméstico e passar por internação em UTIs em Goiânia e São Paulo, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Helder Valin, recebeu alta hospitalar na sexta- feira (30). A alta de Valin foi festejada por familiares e pela equipe de médicos e

enfermeiros. Ele deixou o hospital, em São Paulo, em uma cadeira de rodas. **Helder Valin** foi internado dia 28 de novembro do ano passado no Hospital Albert Einstein, em **Goiânia**, após sofrer um acidente doméstico.

O **conselheiro** e ex-deputado sofreu uma queda dentro de casa, bateu a cabeça e teve um edema que o levou a desmaiar. A nora dele, que é médica intensivista e estava presente no momento do acidente, prestou os primeiros socorros e acionou a ambulância, garantindo atendimento rápido. 30 dias depois, foi transferido para São Paulo. Ex- deputado estadual e ex- **presidente** da Assembleia Legislativa, Valin foi nomeado para o **TCE** em 2014.

Ele assumiu a presidência do tribunal em dezembro de 2024 para o biênio que se encerra em 2026.

TCE-GO conclui aferição do nível de transparência de emendas impositivas

Visualização da notícia

ORÇAMENTO

TCE-GO conclui aferição do nível de transparência de emendas impositivas

Sebastião Tejota, presidente do TCE, diz que não há óbice, mas aponta medidas corretivas em 2026



Sebastião Tejota e técnicos do Tribunal de Contas do Estado

Redação

O índice de transparência ativa do Estado de Goiás com relação aos recursos oriundos de emendas parlamentares é de 64,17%, nível considerado adequado de acordo com a metodologia aplicada.

Segundo o presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), conselheiro Sebastião Tejota, relator da matéria, o "resultado permite concluir que não há óbice para a execução orçamentária das emendas relativas ao exercício de 2026". Há, no entanto, a necessidade de adotar "medidas corretivas e aprimoramentos" a fim de alcançar "a conformidade plena e o atendimento integral das disposições normativas", afirmou.

Essas medidas corretivas foram pauta de reunião realizada junto a representantes das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e de Relações Institucionais (Serint). Eles apresentaram ao conselheiro e à equipe técnica do Tribunal informações sobre fluxos e processos utilizados atualmente para dar transparência às emendas e comentaram as medidas que serão adotadas.

Entre as determinações feitas pelo TCE-GO estão: a listagem completa das emendas aprovadas para o exercício, e não somente das que já possuem empenho vinculado; descrição detalhada do propósito do gasto aprovado, incluindo projeto ou atividade a ser executada; e cronograma completo para execução da emenda.

Sebastião Tejota, **presidente** do **TCE**, diz que não há óbice, mas aponta medidas corretivas em 2026

Sebastião Tejota e técnicos do **Tribunal de Contas** do **Estado**

O índice de transparência ativa do **Estado** de **Goiás** com relação aos recursos oriundos de emendas parlamentares é de 64,17%, nível considerado adequado de acordo com a metodologia aplicada. Segundo o **presidente** em exercício do **Tribunal de Contas** do **Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), **conselheiro** **Sebastião Tejota**, relator da matéria, o "resultado permite concluir que não há óbice para a execução orçamentária das emendas relativas ao exercício de 2026". Há, no entanto, a necessidade de adotar "medidas corretivas e aprimoramentos" a fim de alcançar "a conformidade plena e o atendimento integral das disposições normativas", afirmou. Essas medidas corretivas foram pauta de reunião realizada junto a representantes das Secretarias Estaduais de Saúde (**SES**) e de Relações Institucionais (Serint).

Eles apresentaram ao **conselheiro** e à equipe técnica do Tribunal informações sobre fluxos e processos utilizados atualmente para dar transparência às emendas e comentaram as medidas que serão adotadas. Entre as determinações feitas pelo **TCE**-GO estão: a listagem completa das emendas aprovadas para o exercício, e não somente das que já possuem empenho vinculado; descrição detalhada do propósito do gasto aprovado, incluindo projeto ou atividade a ser executada; e cronograma completo para execução da emenda.

Caiado reúne poderes para discutir teto de gastos antes de viagem | O Popular

Visualização da notícia

Caiado reúne poderes para discutir teto de gastos antes de viagem

Governador convoca encontro, em meio a pedidos por créditos suplementares, para enfatizar as mudanças no limite de despesas com a entrada no Propag

Fabiana Pulcineli

2 de fevereiro de 2026 às 22:18

Modificado em 02/02/2026, 22:43

Governador Ronaldo Caiado: pedido por “compreensão” aos poderes por novo limite de despesas (Diomício Gomes / O Popular)

ouvir matéria

Antes de viajar aos Estados Unidos nesta segunda-feira (2) e preocupado com demandas de poderes e órgãos autônomos do Estado sobre o Orçamento deste ano, o governador Ronaldo Caiado (PSD) realizou a primeira reunião para discutir o novo teto de gastos, conforme regras do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). O encontro com os representantes dos órgãos e suas equipes técnicas ocorreu no 10º andar do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, sem inclusão na agenda oficial.

Governistas afirmam que Caiado convocou a reunião no domingo (1º) para tentar conter o aumento de pedidos dos poderes e órgãos por créditos suplementares no Orçamento, que somariam cerca de R$ 300 milhões apenas no mês de janeiro. O governador foi para Washington, a convite da embaixada dos EUA no Brasil, para reunião sobre minerais críticos, e deve voltar na quarta-feira.

O POPULAR já havia mostrado em 12 de dezembro que o Propag, programa do governo federal a que Goiás aderiu no fim de 2025, amplia o limite de gastos em relação ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), mas, por outro lado, determina apuração individualizada do teto de cada poder e órgão, em vez da análise do valor global. A mudança fez com que os representantes iniciassem desde novembro articulações para definir a repartição do novo limite.

Apesar de ter afirmado em dezembro que deixaria a tarefa de discutir o novo teto, que será

instituído em projeto de lei a ser enviado à Assembleia Legislativa (Alego), para o vice-governador Daniel Vilela (MDB), Caiado disse na reunião que quer deixar a situação fiscal em "perfeitas condições" para o sucessor. Daniel assumirá o governo em abril, com a renúncia do governador para tentar disputar a Presidência da República.

O RRF estabelecia como teto a despesa do ano de 2021 mais a inflação. Já o Propag mantém o mesmo ano- base, mas permite elevação que considere, além da inflação, a variação de crescimento da receita primária, com acréscimo de até 70%. Apesar de já ter o cálculo, o governo ainda não divulgou o novo teto.

Na reunião desta segunda, Caiado disse que entende as necessidades de cada órgão, mas é preciso "compreensão" e "diálogo" para que todos se adequem ao novo limite. Pediu esforço de cada Poder e a "mesma colaboração" dada desde o início de sua gestão, em 2019. O governador também ressaltou que o Executivo não terá mais como "compensar" o descumprimento de teto de outro órgão, como ocorria com o RRF.

Caiado também citou que ele próprio editou decreto de programação financeira, publicado na semana passada, que contingencia recursos do Orçamento do Executivo para cumprir o novo teto.

Os representantes dos Judiciário (TJ-GO) e do Legislativo, do Ministério Público Estadual (MP-GO), da Defensoria Pública (DPE) e dos Tribunais de Contas do Estado (TCE - GO) e dos Municípios (TCM-GO) comentaram suas demandas, a maioria com queixas de necessidade de ampliação de atendimentos e de novos investimentos.

O MP- GO citou, por exemplo, a construção da nova sede. Já a DPE- GO teria manif estado situação deficitária e necessidade de ampliação de serviços.

Ao fim da reunião, ficou acertado que os técnicos de cada poder e órgão discutirão com a equipe econômica do governo estadual para fechar as propostas. Um novo encontro, ainda sem data, será marcado para avançar nas definições.

O governo segue sem previsão de quando enviará o projeto de lei à Alego e a perspectiva é de que a elaboração não seja concluída em fevereiro.

A lei do Propag (Lcp 212/2025) estabelece no § 5º do artigo 7º que "lei estadual definirá a repartição do limite global anual de despesas do Estado, observando-se, enquanto não editada, as despesas de cada Poder ou órgão no exercício de referência para a base de cálculo".

A Alego já aprovou em dezembro proposta de emenda à Constituição (PEC) enviada pelo governo que estabelece a apuração do teto individualizada. A PEC, que institui o Marco Fiscal da Sustentabilidade (MFS), também menciona a necessidade de lei complementar sobre a distribuição desse limite.

Devolução

A reunião também incluiu debate sobre a devolução de recursos dos duodécimos que sobraram no ano de 2025. O presidente da Alego, Bruno Peixoto (UB), afirmou desde o ano passado que teria R$ 600 milhões a devolver ao Estado, mas repete que o envio ocorrerá "no momento oportuno".

O governo vem cobrando que haja o cumprimento da determinação constitucional de retorno dos valores, não apenas da Alego, mas também de fundos de outros órgãos.

Procurados para falar da reunião, os representantes dos poderes e órgãos autônomos foram econômicos nos comentários. Bruno Peixoto disse que "o diálogo é muito importante" para a definição do novo teto e que Caiado fez um "gesto relevante" para início do debate e busca de consenso.

Em nota, a direção do TCE-GO disse apenas que foram apresentadas as medidas necessárias ao cumprimento das exigências fiscais previstas no Propag e que vai acompanhar a execução do programa. "No exercício de suas competências constitucionais, o TCE - GO acompanhará a execução do Propag por meio da emissão de parecer técnico semestral, no qual será verificado, dentre outros, o cumprimento do teto de gastos por cada Poder e órgão autônomo, em conformidade com as normas e orientações da Secretaria do Tesouro Nacional", afirmou.

O TCM-GO informou que o presidente Joaquim de Castro "considerou esclarecedora a reunião de apresentação do Propag" e que o tribunal "observará todas as regras e exigências do programa, na forma pactuada pelo Estado".

TJ-GO, MP-GO e DPE-GO não deram respostas.

O Propag tem três principais vantagens ao Estado, o que fez com que Goiás fosse o primeiro a protocolar o pedido de adesão, em junho do ano passado: além da ampliação do teto de gastos, o diminuição do indexador da dívida (sai de taxa Selic mais juros para IPCA e zero de juro) e a amortização de 20% do saldo devedor (R$ 4,1 bilhões) com a oferta de ativos - no caso de Goiás, recursos hídricos e minerais, e dívida ativa.

O governo calcula em R$ 26 bilhões os ganhos da renegociação pelos próximos 30 anos.